

SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL, NORDESTE E MARANHÃO

Entrevista realizada por Salviana de Maria Pastor Santos Sousa¹ com Marlana Portilho Rodrigues Santos²

ENTREVISTADORA: *Como você relaciona Segurança alimentar e direitos, considerando as normas legais e sua aplicação no Brasil?*

ENTREVISTADA: O direito humano à alimentação adequada está contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. No Brasil, é um dos direitos sociais, previsto no artigo 6º, da Constituição Federal de 1988. Esse direito se articula com a Segurança Alimentar e Nutricional, da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006) a qual define que é direito de todos o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Neste sentido, várias iniciativas dessa seara foram implementadas no país, que além de promoverem o acesso à alimentação, buscaram combater a fome e à pobreza. Assim, a partir dos anos 2000, políticas públicas do governo federal, como o Bolsa Família, Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e os Restaurantes Populares contribuíram para que o país avançasse na melhoria do acesso da população à alimentação.

Esse contexto aliado à estabilização da economia nos anos 2000 e ao subsequente crescimento da economia e do mercado de trabalho brasileiro até meados da primeira década seguinte, fez com que o Brasil saísse do Mapa da Fome da ONU em 2014. Um ano antes, em 2013, o país atingia o maior número de domicílios com segurança alimentar (65,3 milhões) e o menor nível de insegurança alimentar (22,6%) desde 2004, segundo os dados do IBGE (2023).

Com as consequências da recessão econômica de 2014 a 2016 e a adoção da “austeridade fiscal do governo Temer (2016-2019), que desestruturou as bases orçamentárias das políticas públicas, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)” (LOURENÇO *et al*, 2022, p. 32), a insegurança alimentar aumentou no período de 2017/2018. Esta atingiu 36,7% de domicílios brasileiros, e dentre os tipos de IA, houve expansão, principalmente, da IA leve (+9,2 p.p. em relação a 2013), significando que os “moradores apresentaram comprometimento da qualidade da alimentação em detrimento da manutenção da quantidade percebida como adequada” (MINISTÉRIO DE SAÚDE, 2022, s/p.).

Em 2019, o Brasil retornou ao mapa da fome. No período de 2019 a 2021, o país foi marcado pelo crescimento da pobreza, da extrema pobreza e da pandemia de Covid-19 (MDS, 2024). Além disso, houve o desmantelamento de políticas públicas de promoção da segurança

¹ Assistente Social. Doutora em Políticas Públicas. Professora Titular da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Integra o corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UFMA. Membro do Grupo de Avaliação e Estudos da Pobreza e das Políticas Direcionadas à Pobreza (Gaep-UFMA).

² Economista. Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão, UFMA. Chefe do Departamento Social do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC).



alimentar durante o Governo Bolsonaro, principalmente, aquelas voltadas para a agricultura familiar, a extinção do CONSEA e a desativação da Câmara Interministerial de SAN (CAISAN) (Lourenço *et al*, 2022, p.34). Assim, no final de 2021 e início de 2022, havia 33,1 milhões de brasileiros passando fome (REDE PENSSAN, 2022)

Em 2023, a nova gestão do Governo Federal retomou a luta contra a fome do país, com o lançamento do Plano Brasil sem Fome e com a criação de uma secretaria extraordinária para enfrentar a problemática. (MDS, 2023)

Uma das primeiras medidas do atual Governo Federal foi a reinstalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a recriação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e a realização das conferências estaduais e municipais para implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (MDS, 2023).

Já o Plano Brasil sem Fome integrou várias políticas, tais como Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Cozinhas Solidárias, Cisternas e Fomento Rural, além de iniciativas de inclusão produtiva e da política de segurança alimentar. Além disso, ainda em 2023, foram lançados o Programa Nacional de Cozinhas Solidárias, o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades (MDS, 2023).

Nesse período analisado, no âmbito regional, a insegurança alimentar prevaleceu nas regiões Norte e Nordeste. Especificamente, no Nordeste onde atingiu resultado o maior que o observado no Brasil (27,6%) e o segundo maior dentre as regiões brasileiras, de acordo com o IBGE (2023).

ENTREVISTADORA: *O Maranhão é um estado brasileiro que se situa em Região que ainda se destaca pela situação de pobreza e insegurança alimentar. Qual a sua percepção, enquanto diretora social do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) sobre as medidas o Governo desse estado vem adotando em termos da construção de uma política de segurança alimentar?*

ENTREVISTADA: De fato, conforme estudos que realizamos, no contexto do IMESC, o estado do Maranhão apresentava 43,6% (1,0 milhão) de domicílios em insegurança alimentar em 2023. O 3º maior percentual do país. Todavia, ocupou a quarta maior queda desse percentual (-22,5 p.p.) em relação a 2017/2018, ficando atrás de Acre, Amapá e Amazonas, segundo o IBGE (2023).

Em relação às medidas desenvolvidas nesse campo, destaca-se que o estado possui uma política de segurança alimentar, em vigor desde 2015, com os Restaurantes Populares, que fornecem alimentação saudável e adequada nutricionalmente a um preço acessível. Ao todo são 179 restaurantes e a perspectiva é que todo município maranhense tenha um restaurante popular no estado (MARANHÃO, 2024). É uma política que tem sua relevância de melhorar o acesso da população à alimentação, juntamente com o Banco de Alimentos do Maranhão.

Contudo, entendo que, para resultados mais efetivos, é necessário que o direcionamento dessa política seja para a promoção da segurança alimentar da população mais

vulnerável, contribuindo assim para retirar o estado das primeiras posições no ranking nacional em insegurança alimentar.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Segurança alimentar 2023.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). BALANÇO MDS: Em 2023, Brasil abraça novamente luta contra a fome e expande ações de combate à insegurança alimentar. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/em-2023-brasil-abraca-novamente-luta-contra-a-fome-e-expande-aco-es-de-combate-a-inseguranca-alimentar>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Insegurança Alimentar e Nutricional: Sobre a Falta de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente para uma vida saudável. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional>

GOVERNO DO MARANHÃO. **Governo entrega a unidade 179 do Restaurante Popular e beneficia moradores da Cidade Operária.** 2024. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/governo-entrega-a-unidade-179-do-restaurante-popular-e-beneficia-moradores-da-cidade-operaria>

LOURENÇO, A. V.; GONÇALVES, L. S.; GRISA, C.; SCHMITT, C.J.; NIEDERLE, P.; TEIXEIRA, M.A.; GALINDO, E.. Brasil, do Flagelo da Fome ao Futuro Agroecológico: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa. Rio de Janeiro, RJ: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2022. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Brasil-do-flagelo-da-fome-ao-futuro-agroecologico_ANA-2022.pdf

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>.